

modo, a anterior protecção italo-britânica e tendo agora mais distante o monopólio sobre o enredado mundial de T.S.F.

Entretanto, em Maio de 1912, o deputado Francisco Herédia entregou ao debate parlamentar uma proposta de lei que instava pela obrigatoriedade de instalação de um sistema de radiocomunicações a bordo dos vapores portugueses com capacidade superior a 50 passageiros.<sup>49</sup>

No ano seguinte, a propósito do protocolo de Londres, o debate em torno da introdução obrigatória de comunicações sem fios a bordo dos vapores mercantes de maior lotação regressou à Câmara dos Deputados republicana. No mês de Junho, a proposta de Herédia foi recuperada pelo ministro da Marinha, Freitas Branco, manifestando algum descontentamento sobre a situação existente: *Se a Câmara entender que, dentro em pouco, só os paquetes portugueses não tenham telegrafia sem fios, deve negar urgência; agora se entender que os nossos paquetes devem concorrer com todos os paquetes do mundo, tendo instalações de telegrafia sem fios, deve dar a urgência a esta proposta.*<sup>50</sup> Pretendia o diploma em projecto que nenhuma embarcação com capacidade superior a 50 passageiros largasse do porto sem levar a bordo instalação radiotelegráfica, com capacidade de transmissão mínima de 100 milhas. O decreto n.º 108, de Agosto de 1913, deu finalmente resposta a esta preocupação.

No quadro das comunicações internacionais, serenada embora a guerra, prosseguia a luta pela hegemonia sobre a rede mundial, cujos reflexos se faziam sentir em Portugal.

## **2. Marconi em Portugal na "moderna idade do movimento"**

### **2.1. T.S.F. entre o sonho e a concretização**

Os primeiros apelos à construção de redes radiotelegráficas portuguesas foram sinalizados pouco depois dos primeiros sucessos comerciais de Guglielmo Marconi, partindo de cenários diversos dentro da realidade geográfica nacional. Os últimos dez anos de vivência monárquica experimentaram acontecimentos isolados que, no seu conjunto, demonstraram a receptividade ao invento pela capacidade centralizadora das ondas herztianas sobre a dispersão dos territórios coloniais.

49 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 110, de 15 de Maio de 1912, pp.3-4.

50 *Diário da Câmara dos Deputados*, 141.ª Sessão ordinária do 3.º período da 1ª legislatura, de 25 de Junho de 1913, p. 12.

Um dos casos mais singulares sobre a operatividade da T.S.F. em territórios mais remotos, partiu de Moçambique, por solicitação de Augusto Silva, director dos Telégrafos da rede sul da colónia. Um ofício de 10 de Abril de 1905, enviado ao Governo Geral, expunha as dificuldades em ligar as três redes telegráficas existentes, compreendendo o traçado do sul (Lourenço Marques, Gaza e Inhambane), da Zambézia e Chire e por fim a da ilha de Moçambique, esta terceira ligada pelo cabo submarino. A solução que se apresentava como mais lucrativa, considerando o volume de despesa de construção e manutenção de eventuais linhas terrestres, sugeria o recurso à radiotelegrafia pela aquisição de (...) *duas estações completas sistema Marconi, para se proceder às necessárias experiências entre Lourenço Marques e Inhambane*.<sup>51</sup> Porém, a falta de pessoal radiotelegráfico especializado e a ausência de meios para formar eventuais técnicos acabou por frustrar o projecto.<sup>52</sup>

Entre impossibilidades e atrasos, ausência de vontade e de recursos, foros de cepticismo ou apenas inércias, a TSF tardava instalar-se em Portugal. E no entanto, era sabido, sem que porventura se tomasse em devida conta, a vantagem estratégica do território português para a descolagem da rede internacional de T.S.F., ou mais precisamente das ilhas açorianas, eixo fundamental da malha atlântica. Na verdade, o arquipélago dos Açores, eleito pelas companhias mundiais de cabos submarinos como ponto de amarração nas ligações Europa-América, era também porto de abrigo e base referencial para a navegação entre os dois continentes. A introdução da radiotelegrafia nas ilhas açorianas foi por isso alvo de apreciação precoce embora denunciasse, à partida, a difícil compatibilidade entre os interesses da telegrafia submarina e a nova tecnologia sem fios.

Em 1906, na sequência dos grandes contratos firmados com a *Marconi's Marine*, a seguradora *Lloyd's* procurou montar uma estação radiotelegráfica

51 AHU, "Telégrafos. Linhas e Estações, Ultramar" – "Telégrafos, Processo n.º 18 Linhas e Estações, 1905", 2686\_DGU\_SALA\_12\_3.ª REPARTIÇÃO\_1903\_1909. Cópia do ofício n.º 38/155 enviado pelo Director dos Telégrafos da rede sul da província de Moçambique, Augusto Silva, a João Coutinho - Governo Geral de Moçambique.

52 O parecer relativo ao caso justificava não ser (...) *má a ideia de haver estações telegráficas sem fios mas para isso era indispensável que houvesse pessoal habilitado para trabalhar com elas sem o que será inútil a despesa que se fizer e sem vantagem alguma.*

*Em Moçambique não há elementos para os funcionários aprenderem a trabalhar em telegrafia sem fios e nestas circunstâncias, parece que não deve ser autorizada a aquisição do material pedido.* AHU – "Telégrafos. Linhas e Estações, Ultramar (...)", Parecer de 11 de Novembro de 1905, emitido por Belchior Machado.



CONSELHEIRO ALFREDO PEREIRA (1850-1925). DIRECTOR GERAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, (1900-1910).  
AFPC

numa das ilhas dos Açores. Recorrendo, em Maio, à autorização do *Foreign Office* para propor ao governo da monarquia portuguesa a instalação daquela estação, o responsável da *Lloyd's* não venceu a resistência da diplomacia britânica.<sup>53</sup> Portugal não dispunha ainda de normas legais que obrigassem à comunicação entre sistemas diferentes e uma instalação daquele género produziria uma situação de conflito com outro projecto em curso, este secundado pelas autoridades inglesas. Na realidade, a *Eastern Telegraph Company*, o gigante dos cabos submarinos, negociara com o governo português, no ano anterior, o prolongamento dos privilégios de amarração em águas açorianas e, com eles, a construção de cinco estações radiotelegráficas interinsulares.

O acordo assinado com a *Eastern* em 1905, tornado definitivo em 1907, assegurava a ligação por T.S.F. entre as ilhas de S. Miguel e Santa Maria, e entre Faial, Flores e Corvo, providenciando também a comunicação com a navegação.<sup>54</sup> O equipamento escolhido para a respectiva montagem passara, numa primeira opção, pelo material Marconi – mas a obrigatoriedade de livre comunicação fizera recuar a fornecedora, decidindo a *Eastern* contratar a instalação à *Amalgamated Radio Telegraph Company*, com recurso aos sistemas *Poulsen* e *DeForest*.

Entretanto, ainda sob clima monárquico, o director geral dos Correios e Telégrafos, Alfredo Pereira<sup>55</sup>, retomou junto da Câmara dos Deputados, em 1908, um projecto de lei apresentado quatro anos antes pelo então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Conde de Paçô Vieira (Alfredo Vilas Boas). A proposta legislativa anterior acentuara a necessidade de facilitar a navegação pelos novos meios de comunicação disponíveis, sugerindo a insta-

53 *BT Group Archives* – “Portugal and Portuguese Colonies. Wireless Telegraph Services” BT\_POST 30/3094. Informação de 4 de Junho de 1906 referente ao pedido da *Lloyd's*, enviada ao *Postmaster General* e Cópia do ofício de 21 de Junho do mesmo ano, enviado por E. Puttock, pela seguradora, ao *Under Secretary of State for Foreign Affairs*.

54 “Carta de lei de 29 de Janeiro, aprovando o contrato, celebrado com as Companhias *Eastern Telegraph*, *Western Telegraph* e *Eastern and South African Telegraph* para a prorrogação de determinados privilégios e para a concessão do direito de preferência na amarração de cabos na costa da África Oriental.” - *Diário do Governo*, n.º 26, de 1 de Fevereiro de 1907.

55 Associado aos correios e telégrafos desde 1875, Alfredo Pereira integrou, em 1879, a comissão de estudo que esteve na origem da reforma dos serviços em 1880, sendo promovido a inspector geral em 1886 e assumindo, em 19 de Abril de 1901, o cargo de director geral dos Correios e Telégrafos em substituição do então falecido Guilhermino de Barros, onde permaneceu até 1910.

lação de estações radiotelegráficas em Portugal continental e nas ilhas para serviço público, num prazo de dez anos. Os postos do continente contemplavam Leixões, Cabo Carvoeiro, Oitavos, cabo Espichel, cabo de S. Vicente ou Sagres, seleccionando-se as ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial e Flores, nos Açores e ainda a ilha da Madeira, para as restantes estações num total de onze postos.<sup>56</sup>

A recuperação daquele projecto surgia depois de confirmado o contrato com a Companhia *Eastern Telegraph* referente às radiocomunicações entre as ilhas açorianas, ao mesmo tempo que se prosseguia na esteira da aprovação dos acordos de Berlim. Os pontos indicados para as respectivas instalações repetiam-se, com excepção das estações insulares dos Açores, às quais se subtraíam as cinco contratadas com a empresa de cabos submarinos, faltando apenas comunicar com a ilha Terceira e a Madeira. O espírito que presidiu ao esboço de diploma fixava atenções na assistência à navegação cujo impacto comercial seria de enorme relevo para o País. Argumentava por isso Alfredo Pereira: *É indiscutível que de todas as estações que se projectam a mais essencial de todas será aquela a estabelecer na barra de Lisboa ou nas cercanias da entrada do porto de Lisboa. A entrada portuária da capital representava "o cais da Europa" que atraía para aquela cidade a navegação. No entanto, o sucesso destas instalações dependia da aplicação de (...) meios para que a navegação aqui venha e um deles será o estabelecimento desta estação com potência suficiente para poder falar a grande distância, pelo menos que atinja 450 ou 500 quilómetros. Isso dará enormes vantagens ao comércio de Lisboa, evitará muitos atrasos que se dão nas descargas de mercadorias e evitará também muitos atrasos que se dão no transporte de correspondência que vem a Lisboa para seguir para a Europa Central aproveitando o Sud-Express.*<sup>57</sup>

Abrangido pelas disposições de 1901, que conferiam o monopólio estatal sobre as comunicações sem fios, o projecto de lei de Paçô Vieira, reenviado à discussão parlamentar, aconselhava o exclusivo da exploração estatal sobre a rede planeada.<sup>58</sup> O assunto foi ficando pendente, protelado sem resolução monárquica para o tempo da República que receberia dos últimos anos da monarquia um escasso

56 Cf. Miguel Faria, *op. cit.*, pp. 22-23.

57 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 37, de 7 de Julho de 1908, pp.3-4.

58 A proposta para renovação de iniciativa apresentada anexou o projecto de lei n.º 23, apresentado a 14 de Abril de 1904, publicado no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 38, de 8 de Julho de 1908, pp.4-5.

legado radiotelegráfico. Em 1908, funcionavam apenas dois postos de T.S.F. no continente: na estação semaforica de Cascais e a bordo do *D. Carlos*.

No início de 1910, quando se conheciam já cerca de 1 300 estações radiotelegráficas espalhadas pelo Mundo, a T.S.F. açoriana entrou em funcionamento, ligando as ilhas entre si e os navios próximos, vigorando, porém, o velho monopólio submarino sobre os meios de comunicação do arquipélago. No mesmo ano, a *Marconi's Wireless* apresentou ao governo português um projecto de maior ambição: dava entrada na cena política nacional a preparação da rede internacional sem fios.

## **2.2. República: debates, rivalidades e contratos**

O último fôlego monárquico transmitiu ao regime republicano uma magra estrutura de radiocomunicações. Já debilitados, os anos finais do governo real tinham assistido aos principais progressos da T.S.F., encontrando defensores leais do sistema, sem que o tesouro público pudesse dar resposta à construção de um traçado nacional. Foi porém, ainda sob égide monárquica, que se configuraram as primeiras propostas consistentes para aquela construção, cumprindo ao Governo Provisório da República dar continuidade a estes projectos.

A agenda política republicana contemplou a futura rede radiotelegráfica na ordem de prioridades para o sector das telecomunicações, embora a sua concretização se confrontasse com a mesma fragilidade financeira sofrida no modelo governativo anterior. Neste contexto, a solução Marconi emergiu, sob diversos aspectos, como preferencial, dando lugar à primeira organização da teia intercontinental de T.S.F portuguesa.

A introdução da rede Marconi em Portugal não teve, no entanto, percurso fácil, perpassando sofredamente os dezasseis anos da República para se efectivar no ano em que o regime submergiu.

### **A grande rede Marconi – um plano em elaboração**

Em Janeiro de 1905, na sequência do primeiro encontro de Berlim, o *Post Office* britânico regulamentou internamente a utilização da TSF conferindo ao governo o monopólio do novo meio de comunicação, fazendo depender do Estado a atribuição de licenças para introdução de qualquer rádio-sistema. Em face destas disposições, o governo britânico entregou à empresa de Guglielmo

Marconi a concessão sobre a exploração de estações costeiras, a um prazo de oito anos. No entanto, as 12 estações, a cargo da *Marconi's Marine*, passaram novamente para controlo do *Post Office* em 1909, na mesma altura em que a Inglaterra ratificava a livre circulação de sistemas.

Entretanto, a primeira proposta marconiana de construção da rede imperial entregue à consideração britânica foi apresentada ao gabinete colonial em 1906 e então recusada por parecer excessivamente ambiciosa.<sup>59</sup>

As tentativas de aproximação prosseguiram junto dos domínios ingleses: em 1908, foi enviado à União Sul Africana um representante da *Marconi's*, R.N. Vyvian, para apurar o interesse das autoridades locais na constituição de uma rede imperial - e a resposta foi positiva.<sup>60</sup> Em Março de 1910, a empresa inglesa de Marconi apresentou nova proposta, para instalação de 18 estações ao longo do traçado imperial britânico, por £60 000 cada. O projecto foi discutido no ano seguinte, por ocasião da Conferência Imperial, centrando-se num esquema apresentado pelo *Post Office* que previa a exploração estatal. Em contraproposta, o 'Comité para o Direito de Amarração dos Cabos Submarinos' avançou com o plano de construir 6 estações numa sequência geográfica semelhante (Inglaterra, Chipre ou Egipto, Aden, Índia, Malásia e Austrália). Como resultado daquela Conferência foi oficialmente reconhecida a importância da TSF para "fins sociais, comerciais e militares" que justificava a urgência em construir uma rede que satisfizesse esses apelos. Uma nova proposta foi então apresentada por Marconi em Março de 1912, comprometendo-se a entregar à exploração do governo as estações a construir no Egipto, Aden, Índia e África do Sul. Conseguindo, por fim, ver aprovado o primeiro projecto da grande *Imperial Wireless Chain*, a companhia assinou contrato com as autoridades inglesas em Julho de 1913.<sup>61</sup>

O sonho do inventor italiano não estava ainda completamente realizado. Entretanto, a proximidade da Grande Guerra acabou por inviabilizar a concretização do projecto, de tal forma que durante esse período só foi possível construir o posto do Cairo, adiando para a década de 20 a grande ambição de Marconi.

Em 1939, o oficial de marinha italiano Luigi Solari, figura central dos contactos entre a Companhia Marconi e o governo português nos primeiros tem-

59 Cf. Daniel Headrick, *op. cit.*, p.120 e p.131.

60 *The Marconi Jubilee (...)*, p.28.

61 Daniel Headrick, *op. cit.*, p.131.

pos da República, descreveu os critérios que, há vinte anos, tinham estado subjacentes aos projectos de rede em curso na direcção da empresa. Relatou então que, participando numa reunião presidida por Marconi em Londres, no Outono de 1909: *Foi estudada atentamente a carta geográfica do mundo e delineadas em largo traço várias rede radiotelegráficas tendo como centros: Londres, Roma, Paris, Berlim, Lisboa, Nova Iorque, São Francisco, Tóquio, Rio de Janeiro, Buenos Aires.*<sup>62</sup> Previa-se que com estes pontos de partida fosse facilitado e acelerado o desenvolvimento do serviço telegráfico internacional.

Lembrava então Solari: (...) *naquela data era ainda ignorada a eficiência dos sistemas de onda curta e (...) para assegurar um serviço regular de dia e de noite com o sistema de ondas longas era necessário que a distância máxima de cada ligação não ultrapassasse os 4 000 km. Por isso foi imediatamente tida em grande consideração a rede portuguesa, projectada por quem escreve estas memórias.* Esta rede, explicava ainda, assegurava alguns dos apoios mais estratégicos nas ilhas e colónias do país. Solari distinguia como regiões de referência:

*Ilhas dos Açores* (entre a Europa meridional e a América do Norte e Central);  
*Ilhas de Cabo Verde* (entre a Europa e a América do Sul);  
*Angola* (entre a Europa, África Ocidental e o África do Sul);  
*Moçambique* (entre a Europa, a África Oriental e África do Sul);  
*Goa* (entre a África Oriental, Índia e a China).<sup>63</sup>

No seu livro de memórias, Solari recordava ter sido encarregado de negociar com o governo da República a construção da rede portuguesa tendo em linha de conta a concorrência alemã que se faria sentir e que pretendia estabelecer, com meios exclusivamente germânicos, uma rede igualmente vasta entre as regiões americanas, Portugal (e colónias), Espanha e estados balcânicos.<sup>64</sup>

No curso do ano de 1910 a *Marconi's Wireless* operava já em diversas regiões do Mundo, em postos costeiros do império britânico, Estados Unidos e América do Sul. A companhia também penetrara no mercado europeu: para além do estabelecimento em Itália, detinha grande parte da *Compagnie Générale de Télégraphie Sans Fil* francesa e da sua congénere belga.

62 Tradução livre do texto original italiano Cf. SOLARI, Luigi, *Storia della Radio*, Tip. Fratelli Treves, Milano, 1939, p.294. À data desta publicação Solari desempenhava funções como director técnico da *Marconi's Wireless Telegraph Company*.

63 *Idem*, p.294.

64 *Idem*, p.295.



Em Fevereiro de 1910, um telegrama trocado entre gabinetes da diplomacia inglesa informava estarem praticamente concluídas as negociações entre o marquês de Solari e o governo português para a construção de estações costeiras a ser operadas pela companhia ou, caso se mostrasse necessário, por uma companhia portuguesa. Porém, segundo informação daquele representante da Marconi em Portugal, a legação alemã no país interviu em favor da companhia germânica, forçando o adiamento do processo.<sup>65</sup>

Entretanto, o governo da Monarquia planeava contratar a construção de um posto em Lisboa, a operar pelo Estado (que viria a ser a estação do Arsenal da Marinha), para a qual recebeu propostas de seis companhias estrangeiras – ao lado da Marconi constavam representantes franceses, alemães e norte-americanos, despertando o receio britânico pela adjudicação daquela montagem a uma empresa de outro país. Sob este perigo concorrencial, que afastaria a empresa inglesa de uma possível extensão às colónias portuguesas, a diplomacia britânica declarou apoio à Marconi para conduzir a bom termo um acordo com Portugal.<sup>66</sup>

Esta participação activa do *Foreign Office* nas negociações encetadas por Solari decorria do próprio projecto em curso para as ligações inglesas, reforçando a premência da identidade britânica na construção da rede lusófona. Em Julho de 1910, constando que o governo português tencionava entregar a concessão do traçado radiotelegráfico à companhia alemã *Telefunken*, o gabinete diplomático britânico precipitou nova interferência no processo, numa carta confidencial endereçada ao ministro dos Negócios Estrangeiros português sugerindo que a decisão fosse ponderada.<sup>67</sup> Na mesma altura, o Governo anunciava a suspensão do concurso para que o problema fosse novamente estudado, transferindo o ‘dossier’ das radiocomunicações para o período da República.

Em Janeiro de 1911 era crescente a preocupação da Marconi face às intenções do grupo alemão Telefunken. Com o auxílio assegurado pelo governo alemão, a companhia planeava também ligar sem fios a Alemanha aos centros

65 *BT Group Archives*, “Portugal and British Colonies (...)”, Telegrama n.º 2, a 15 de Fevereiro de 1910, enviado por Edward Grey, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês a F. Villiers, da Legação britânica em Portugal.

66 A posição britânica é largamente exposta por F. Villiers a Edward Grey, num ofício enviado a 8 de Março de 1910. *BT Group Archives* (...).

67 *BT Group Archives*, (...), Ofício enviado por Hugh Gaisford a Edward Grey, a 12 de Julho de 1910, referindo-se à carta por ele enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros português.

mundiais de maior importância. Neste cenário, uma limitação tecnológica importante dramatizava a corrida à montagem da rede mundial – em algumas regiões, a construção de uma estação de elevada potência inibia a existência de qualquer outro posto do género, pela interferência entre ambos, o que se traduzia num monopólio quase imediato para a companhia que construísse em primeiro lugar. Acrescia à apreensão da companhia a inconclusão do governo inglês quanto à proposta apresentada um ano antes, incerteza que só se dissiparia em 1912.

Na mesma altura, a Marconi trabalhava sobre a concessão do governo espanhol, preparando já a instalação de estações nas ilhas Canárias (Tenerife), Baleares, Vigo, Madrid e Barcelona, que ficariam prontas a comunicar com as estações de alta potência italianas.<sup>68</sup> Também na forja encontrava-se, a sudoeste do Atlântico, um contrato com o governo chileno para uma rede de cinco estações de médio alcance. O êxito das negociações para a montagem do tecido português de radiocomunicações constituía assim um objectivo fundamental para o esquema de ligações imperiais britânicas.

A entrega da Direcção da *Marconi's Wireless* a Godfrey Isaacs, em 1910, abriu entretanto um período de novas políticas concorrenciais no seio da companhia britânica. Recorrendo à guerra judicial, a Marconi desenvolveu novos mecanismos de defesa contra os oponentes, num processo que teve o seu epílogo em 1911.<sup>69</sup> A envolvente internacional deste período atestava então um clima de competição feroz que acabaria por deslizar da guerra de sistemas para a batalha de patentes, repercutida nos órgãos de imprensa portugueses como o antagonismo de interesses comerciais germânicos e britânicos.

Paralelamente às conversações com Lisboa, um artigo de Luigi Solari traduzido de um jornal britânico em Abril de 1911, divulgava os resultados de um entre vários processos jurídicos que assegurava as patentes da empresa. Este primeiro texto deu início a uma vigorosa campanha promocional entre companhias, com a *A.E.G./Telefunken* do outro lado da barricada, no quadro de um

68 *BT Group Archives*, (...), Extracto do processo N.º 601057/10, de 1911 - "Interview with Mr. Isaacs of the Marconi Company, 17 January 1911".

69 Daniel Headrick, *op. cit.*, p.126.

## A JUSTIÇA INGLEZA E OS INVENTOS DE MARCONI

Tenho na minha presença o texto completo do julgamento pronunciado pelo Supremo Tribunal de Justiça de Londres com respeito ao processo intentado por Mr. Marconi e pela *Marconi's Wireless Telegraph Company* contra a *British Radiotelegraph and Telephone Company*, por infracção do privilegio de invenção n.º 7:777 sobre a radiotelegraphia syntonica.

Este julgamento representa não sómente uma victoria completa da companhia Marconi sobre a *British Radiotelegraph Company*, mas tambem um *verdictum* contra todos aquelles que julgavam poder utilizar impunemente, como até aqui, os privilegios fundamentaes de invenção do Sr. Marconi, sobre os quaes se baseia a radiotelegraphia.

Estes privilegios de invenção protegem a solução practica (de ora avante largamente provada) dos problemas julgados insolueis pelos mais eminentes cultores das oscillações electricas, isto é: a propagação e a recepção das ondas electricas a grandes distancias e a selecção de emanações simultaneas de ondas electricas.

Com respeito ao primeiro problema, o Supremo Tribunal de Justiça de New York estabeleceu, ha alguns annos, que o emprego d'um radiador, constituido por uma antena ligada á terra atravez d'um productor de oscillações electricas, era uma prerogativa exclusiva de Guglielmo Marconi.

Mas, em seguida a este julgamento, toda a attenção dos pretensos inventores de differentes systemas de radiotelegraphia dirigiu-se para a procura de dispositivos, os

processo em tudo semelhante ao que sucedia noutros países.<sup>70</sup> Referindo-se à famosa patente n.º 7777 de Marconi, Solari aludia ao processo interposto pela casa *Marconi's Wireless (...)* contra a *British Radiotelegraph and Telephone Company*, por infracção do privilégio da invenção n.º 7 777 sobre a radiotelegrafia sintónica. O caso levado pela Marconi a tribunal integrava uma estratégia comercial mais vasta que pretendia assegurar a exclusividade tecnológica numa época em que o princípio da não-comunicabilidade de sistemas era asfixiado por regulação internacional.<sup>71</sup>

Em 1911 eram doze as estações radiotelegráficas existentes em Portugal<sup>72</sup>, significando um número largamente insuficiente para as necessidades de comunicações do País encontrando-se mesmo algumas delas desactualizadas. O atraso tecnológico em relação a outros estados europeus persistia e a ausência de um articulado de ligações independente dos cabos submarinos comprometia seriamente a estabilidade das comunicações portuguesas. A 3 de Setembro, uma nota de imprensa<sup>73</sup> anunciava o encontro entre Luigi Solari e António Maria da Silva, então administrador geral dos Correios e Telégrafos<sup>74</sup> com o objectivo de submeter um novo projecto de rede à aprecia-

70 SOLARI, Luigi, “A Justiça inglesa e os inventos de Marconi” – com primeira publicação nos *Anais do Club Militar Naval*, tomo XLII, n.ºs 3 e 4, Março e Abril 1911, pp. 165-171. O texto foi também editado, alguns meses mais tarde, na *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 499 e 500, Julho e Agosto, 1911, nas páginas 333-339. O artigo terá sido traduzido do jornal *Tribuna*, n.º 103, de 13-14 de Abril de 1911.

71 A conclusão do tribunal, em favor de Marconi, constituiu vantagem da empresa face à concorrência. Afirmava-o Solari: *Este julgamento representa não somente uma vitória completa da Companhia Marconi sobre a British Radiotelegraph Company, mas também um veredictum contra todos aqueles que julgavam poder utilizar impunemente, como até aqui, os privilégios fundamentais de invenção do Sr. Marconi, sobre os quais se baseia a radiotelegrafia. Citação a partir da referência da Revista de Obras Públicas e Minas (...)* p.333.

72 Sete delas nos Açores (cinco estações costeiras, sob exploração da *Eastern*, mais duas de bordo, de interesse privado) mais uma estação no continente, no Arsenal de Marinha (cuja montagem acabara por ser entregue à Marconi) e quatro postos navais. Cf. ACM – “Telegrafia sem Fios (...)”, Mapa estatístico de 1911.

73 “Telegrafia sem fios” in *Diário de Notícias*, n.º 16 456, de 3 de Setembro de 1911, p.1.

74 António Maria da Silva (1872-1950) dirigiu a Administração Geral dos Correios e Telégrafos desde a sua constituição como organismo autónomo, entre 1911 e 1917, ocupando novamente o cargo entre 1919 e 1926. No período da República desenvolveu igual protagonismo político, enquanto militante do Partido Republicano Português, assumindo a pasta do Fomento em 1913, Ministério a que regressou entre Novembro de 1915 e Março de 1916. Foi ainda Presidente do Ministério entre Junho de 1920 e Julho de 1921, Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923, Julho e Agosto de 1925, e a partir de Dezembro de 1925 até à queda do regime republicano. No quadro das radiocomunicações, António Maria da Silva representou um dos principais impulsionadores das relações com a Companhia Marconi, enquanto Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, animado pela política de desenvolvimento sector.

ção do Governo Provisório e daquela Administração Geral. No mesmo dia, Sidónio Pais assumiu a pasta do Fomento, originando dificuldades no esclarecimento dos termos propostos pela Marconi. Coube a José Estevão de Vasconcelos, que sucedeu naquele gabinete em Novembro, a continuação das negociações com a empresa.<sup>75</sup>

### Um traçado comprometido

Em Janeiro de 1912 chegou à Câmara dos Deputados um projecto de lei que propunha a abertura de concurso público para selecção do futuro fornecedor de equipamento radiotelegráfico, a fim de dar início à construção das ligações entre Lisboa e Cabo Verde e a partir daqui à Guiné, de S. Tomé a Angola e Moçambique. O ante-projecto defendido pelo deputado Augusto Vera Cruz era vago, considerando que o Governo poderia (...) *optar por qualquer forma de contrato de compra, exploração e instalação, atendendo às circunstâncias actuais do Tesouro*.<sup>76</sup>

Nesta altura, o Executivo português solicitava à Marconi informações sobre os valores de aquisição de estações a montar em Lisboa, Açores, Madeira e Cabo Verde, interrogando a Companhia sobre os eventuais custos de colocar o País em comunicação com a África ocidental e Macau. A proposta marconiana avaliava em £60 000 o montante das estações de maior alcance (3 500 km), a erguer em Lisboa e Cabo Verde.<sup>77</sup>

Embora o curso das negociações fizesse prever o sucesso do projecto Marconi, os observadores britânicos guardavam a certeza da vantagem para o dia da assinatura do documento definitivo. Nos círculos de imprensa inglesa pairava ainda o espectro de um eventual acordo com a competidora alemã que se comprometia a edificar um complexo radiotelegráfico semelhante ao da empresa londrina. Nos últimos dias de Janeiro, Solari esclarecia junto do ministro do Fomento os últimos pormenores do *dossier* português. António Maria da Silva manifestou oposição à proposta de abatimento sobre o preço inicial das estações em troca de uma percentagem sobre as receitas radiotele-

75 Cf. *BT Group Archives* (...) Ofício comercial confidencial n.º 46844, enviado por Arthur H. Hardinge a Edward Grey a 18 de Novembro de 1911.

76 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 29, de 8 de Janeiro de 1912, p.3.

77 *BT Group Archives* (...) Ofício de 11 de Janeiro de 1912, enviado por Godfrey C. Isaacs, Presidente da *Marconi's Wireless*, ao Sub-Secretário de Estado do *Foreign Office*.

gráficas sugerida pela sociedade inglesa. O Administrador Geral adicionava ainda restrições à linha de alcance da instalação em Cabo Verde de forma a evitar o confronto comercial com o tráfego submarino. O desenlace das demoradas conversações convergiu, em meados de Fevereiro, num acordo provisório entre os representantes da casa inglesa e o Executivo português. À margem das vozes que instavam pela abertura de concurso público, o documento foi então remetido à consideração parlamentar.<sup>78</sup>

Paralelamente ao estudo do modelo radiotelegráfico a adaptar ao Continente e colónias, acumulavam-se os protestos contra o atraso da T.S.F. em Portugal. As comunicações sem fios em funcionamento no arquipélago dos Açores, conservavam graves deficiências materiais, criando obstáculos às comunicações navais e internacionais. Por altura da proclamação da República, o cruzador *Adamastor*, chegando às margens faialenses, não conseguira comunicar com a estação da Horta, de elevada potência, por falta de um aparelho entretanto avariado e que esperava substituição.<sup>79</sup>

Em Março de 1912 subiu nova contestação ao Senado, pela voz de Goulart de Medeiros, defendendo o imperativo das comunicações com a ilha do Faial. Referindo-se à contratação da casa Marconi, no mês anterior, para fornecimento de estações de T.S.F. ao Governo português, observou na sua intervenção: (...) *consta-me que o Sr. Ministro do Fomento está negociando um contrato com uma casa estrangeira para a montagem de estações de telegrafia sem fios.*

*Ignorava que esse contrato já estava assinado. Trata-se de um assunto de grande importância, não só para a nossa vida comercial, como para a nossa defesa militar.*<sup>80</sup>

Considerando que as estações escolhidas cumpriam as condições técnicas necessárias, o senador lamentava, porém, não estar previsto equipar alguns pontos de inegável importância cartográfica. Concluía então, requerendo atenção para o problema antes da assinatura definitiva do contrato: (...) *por exemplo, a ilha do Faial que é, um dos vértices do famoso triângulo estratégico do Atlântico não foi escolhida para a montagem de uma estação.* (...) <sup>81</sup>

78 *BT Group Archives* (...), Carta de 4 de Fevereiro de 1912, sem identificação. Terá sido por Luigi Solari à Legação Britânica em Portugal.

79 *Diário do Senado*, Sessão n.º 20, de 9 de Janeiro de 1912, pp.10-12.

80 *Diário do Senado*, Sessão n.º 53, de 13 de Março de 1912, p.4.

81 *Idem*;

A 22 de Fevereiro de 1912, na presença do administrador geral dos Correios e Telégrafos António Maria da Silva, foi assinado o contrato provisório entre o Governo português, representado pelo ministro do Fomento José Estevão de Vasconcelos, e a sociedade britânica de Marconi, representada por Luigi Solari. A controvérsia em torno deste documento chegou ao Parlamento pela voz do deputado madeirense Francisco Correia Herédia, visconde de Ribeira Brava, a 25 de Março, no mesmo dia em que os termos do acordo foram apresentados à mesa da Câmara dos Deputados. Ribeira Brava contestava a assinatura prévia do entendimento com a casa de Londres, interpretando esta concertação como produto da pressão britânica: *É este ano que deve reunir-se novamente o congresso de telegrafia sem fios em Londres, por isso é que o Governo inglês instou para que se celebrasse precipitadamente o contrato com a Companhia Marconi, no pequeno intervalo em que Portugal está desligado de compromissos internacionais.*<sup>82</sup>

Estabelecia então o documento em estudo a adjudicação à *Marconi's Wireless* do fornecimento e montagem do material necessário às estações a construir no Continente, Açores, Madeira e Cabo Verde. As estações de Lisboa, a localizar em Sintra (em Oitavos ou Pena) e dos Açores deveriam atingir um alcance diurno de 1 600 quilómetros, projectando para os postos do Funchal, na Madeira e de Cabo Verde uma capacidade de 2 500 quilómetros. A proposta salvaguardava ainda a comunicabilidade das estações com postos costeiros e navios de radiotelegráficos sistemas diferentes.<sup>83</sup> Descendo à comissão especializada, o projecto de diploma só regressou à Câmara em Julho.

Entretanto, à margem da discussão parlamentar iniciada em Março de 1912, a imprensa portuguesa adiantava a provável concretização do acordo em apreço. No dia 4, a *Ilustração Portuguesa* abriu uma extensa reportagem sobre a projecção das radiocomunicações portuguesas anunciando: *A telegrafia sem fios vai ser estabelecida em Portugal. Foi, enfim, satisfeita essa justa reclamação geral. Há dias, o governo fechou contrato com a casa Marconi para o estabelecimento de postos de telegrafia sem fios (...).* Portugal chegava finalmente ao tempo das comunicações sem fios: *Fomos o último país europeu a adoptar este sistema de telegrafia, o que não quer dizer que não venhamos a ser, porventura,*

82 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 84, de 25 de Março de 1912, p.3.

83 *Idem*, pp.4-7.



ANTÓNIO MARIA DA SILVA (1872-1950), ADMINISTRADOR GERAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS (1911-1917 / 1919-1926).  
ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA – CPF / MC



*aquele que mais aproveite com o maravilhoso invento de Marconi. A esta entrada da nova tecnologia somava-se um sopro de optimismo: Com um vastíssimo domínio colonial prestes a entrar numa nova fase de vida, com portos concorridos por navios mercantes de todas as nações europeias, de um tráfego comercial de relativa importância que, felizmente, tende a desenvolver-se por forma considerável, ocioso é encarecer as enormes vantagens da adopção do sistema Marconi.*<sup>84</sup>

Outro sector de opinião criticava a escolha do Governo, examinando as desvantagens que o contrato representava para o Tesouro e denunciando as “causas políticas” que o teriam recomendando.<sup>85</sup>

Por sua vez, Luigi Solari sobreveio novamente na batalha jornalística, respondendo às críticas lançadas pela *Telefunken* em Fevereiro do mesmo ano. O representante da companhia Marconi procurava anular os argumentos alemães contra a consumação do contrato em vias de confirmação: *Para a dignidade da Companhia que tenho a honra de representar e para prestígio do sr. Marconi (...) procuro abster-me de entrar em polémica, mas os argumentos usados pelos agentes da ‘Telefunken’ são de tal modo fúcciosos que me vejo forçado a sair da minha reserva.*

*Publicaram que a Inglaterra empregara largamente o sistema ‘Telefunken’. Esta afirmação não é conforme com a verdade; pelo contrário, são os grandes vapores alemães, que, depois de ter comparado o sistema ‘Telefunken’ com o sistema ‘Marconi’ adoptaram o segundo. (...)*

No quadro das opções mundiais de navegação, sublinhava: *As marinhas mercante de guerra portuguesas, inglesas, italianas, gregas, brasileiras, turcas, chilenas, a marinha mercante francesa, espanhola, austríaca, egípcia, argentina, americana, canadiana, etc., etc., adoptaram o sistema Marconi. (...) Afirmam que as colónias inglesas adoptaram o sistema ‘Telefunken’ e o declararam superior ao sistema Marconi; esta afirmação não corresponde à verdade. Por um contrato celebrado recentemente entre o Governo Inglês e a Companhia Marconi, as colónias inglesas serão unidas pelos grandes postos Marconi. (...)*<sup>86</sup> A contenda publicitária teve resposta a 11 do mesmo mês: a *Telefunken*, alimentada pela defesa de Solari, reacendeu as críticas socorrendo-se novamente da atitude monopolista da Marconi: *Dá a entender também o senhor Solari que a Companhia Marconi é*

84 “A Telegrafia sem fios em Portugal” in *Ilustração Portuguesa*, n.º 315, de 4 de Março de 1912, Lisboa, p. 289.

85 “Informações” in *O Século*, n.º 10 875, de 23 de Março de 1912, p.1.

86 SOLARI, Luigi, “A verdade acerca da telegrafia sem fios” in *O Século*, n.º 10 916, de 3 de Maio de 1912, p.3.

a única proprietária das patentes fundamentais da radio-telegrafia e baseia a sua afirmação na sentença de alguns tribunais de Londres e New York. Essas sentenças não têm nada com a casa 'Telefunken', senão com as outras companhias, as quais também a 'Telefunken' podia ter denunciado se não fosse, como toda a sociedade séria e amante da justiça inimiga dos monopólios, desejando a livre concorrência e não querendo como defesa mais que a boa reputação do seu sistema (...).<sup>87</sup>

Em Julho de 1912 a comissão de correios e telégrafos<sup>88</sup> que apreciara o projecto de contratação da rede T.S.F. à *Marconi's Wireless* expôs detalhadamente a apreciação do documento à Câmara dos Deputados, avaliando a conveniência do alcance dos postos (pelos aspectos comercial e militar) por um lado e o contrato de fornecimento propriamente dito, por outro.<sup>89</sup>

Observava então a comissão que um dos eixos prioritários de formulação deste traçado radiotelegráfico se centrava no reforço das comunicações nos Açores e Cabo Verde onde, sob dependência exclusiva das ligações submarinas, permanecia a vulnerabilidade do corte em caso de guerra. No caso particular açoriano, o exclusivo dos cabos chegaria ao fim: ao montar a rede sem fios interinsular, a *Eastern* observara a conservação do próprio tráfego, distribuindo estas estações por localizações que não interferiam com aquele domínio. O novo plano contemplava a construção de um posto de alta potência em S. Miguel, ligando pela primeira vez, via rádio, as ilhas ao Continente.<sup>90</sup>

Neste desenho de rede, Lisboa ultrapassava a condição de capital nacional, figurando como fulcro da navegação mundial. Na verdade, o trânsito marítimo vindo do Norte da Europa para o sul do Equador e do Mediterrâneo para o Norte de África tinha em Lisboa um centro estratégico de comunicação. Já as embarcações a caminho da América do Sul e África Sub-Sahariana (para a Guiné, Gabão, Congo, e Áfricas portuguesa, alemã e domínios britânicos no sudoeste africano) encontravam em Cabo Verde ponto incontornável de passagem. A estratégia de construção da rede impunha assim que se ligasse Lisboa a Cabo Verde, estando também aqui subjacente a fuga ao imperativo submarino. Para

87 A.E.G. - Thomson - Houston Iberica, "A verdade acerca da telegrafia sem fios" in *O Século*, n.º 10 914, de 11 de Maio de 1912, p.3.

88 O parecer da comissão foi assinado por José Afonso Pala, João Carlos Nunes da Palma, Pedro Alfredo de Morais Rosa e Álvaro Nunes Ribeiro, sendo este último o relator do estudo citado, então oficial de Marinha e futuro director dos Serviços de Electricidade e Comunicações do Ministério da Marinha.

89 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 158, de 5 de Julho de 1912, pp.15-23.

90 *AFPC - A Telegrafia Sem Fios nos Açores. Relatório de Joaquim Chagas*, 1 de Junho de 1912.

que este esquema fosse viável era necessário, no entanto, vencer a distância de 2 872 quilómetros, superior ao alcance previsto pelo contrato a aprovar, de 2 500 km. Esta redução fora, provavelmente, induzida pela administração portuguesa – ao ser repensada pela comissão, sugeria uma interessante dicotomia face aos cabos submarinos, em que a verificação dos direitos das companhias que ali amarravam era já de todo incompatível com a rede radiotelegráfica...

A distância entre Cabo Verde e o Brasil também transpunha a quilometragem prometida pela estação a erguer que não atingia o mínimo necessário de 2 700 km. O argumento da defesa militar pesava de igual modo, oferecendo a ligação Lisboa-Cabo Verde a manutenção das ligações entre os territórios nacionais em caso de corte do cabo submarino. A análise da comissão considerava ainda o peso internacional deste circuito em caso de conflito bélico: (...) *sendo Lisboa a base natural e conveniente das operações do Atlântico, não pode deixar de ligar com Cabo Verde, ponto de apoio importantíssimo para uma esquadra própria ou aliada que opere no SE e no SW do Atlântico (...)*. Em sentido contrário, a comissão pronunciou-se sobre o alcance desnecessariamente longo da estação da Madeira, que apenas precisava de tocar os vértices Cabo Verde, Lisboa e Açores. O objectivo era fazer comunicar Lisboa e Cabo Verde via Madeira, mas importava mais superar a distância maior, Lisboa-Cabo Verde e operar com ela transmissões directas.<sup>91</sup>

Por outro lado, a importância do arquipélago dos Açores no mapa intercontinental era cada vez mais gritante. Actuando como placa giratória da navegação entre a Europa e o continente americano, as ilhas assumiriam uma relevância estratégica ainda maior com a anunciada abertura do canal do Panamá, aumentando em larga escala a navegação Atlântico-Pacífico. Confirmava-o o parecer: *A ligação, portanto, com Nova Sydney, Key West e Panamá, é da maior conveniência para aumentar o seu valor comercial, ligando assim a navegação directamente com os três pontos mais próximos dos destinos da navegação, que por estas ilhas faz escala*. O estudo das opções a ter em conta resistia mais uma vez no estabelecimento de uma estação na Horta, Ilha do Faial, por se tratar de um porto de abrigo de elevada importância.

Numa versão mais ambiciosa do projecto, os objectivos a satisfazer pelo enre-

91 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 158, de 5 de Julho de 1912, pp.15-16.

dado radiotelegráfico, atribuíam a Lisboa um posto de 5 000km de forma a atingir New Sydney (E.U.A), Cabo Verde, Port Said e Aden (protectorados britânicos na África Oriental e Médio Oriente), ponto a partir do qual ligaria à rede inglesa com a Índia e a China. A ilha de S. Miguel ligaria também aos Estados Unidos, estabelecendo ainda contacto com Cabo Verde, Lisboa, Clifden e Poldhu cobrindo a grande massa de navegação. Cabo Verde também chegaria a Clifden, Lisboa, Açores, Madeira e Brasil permitindo criar a ponte de radiocomunicações com a América e África do Sul. Num traçado deste género, Portugal entrelaçava as suas ligações com a grande rede britânica. Mas a condição financeira do País inviabilizava a ambição do projecto: impraticável para o Tesouro português.

A comissão seguiu então uma versão reformulada, porventura mais realista, das ligações internacionais e coloniais a compor pela *Marconi's Wireless*. Comentava-se no parecer que esta segunda hipótese devia constituir o mínimo admissível a pôr à consideração parlamentar, considerando que a partir da receita prevista por aquela rede, o alcance dos postos seria progressivamente aumentado para os fins pretendidos. Por este plano, Cabo Verde estaria potenciado a 3 000 quilómetros por forma a obter comunicação directa com o Brasil, Guiné e S. Tomé, afirmando a ligação à rede colonial, também em estudo. Os Açores ligariam apenas à Madeira (atingindo este posto apenas os 1 900 quilómetros, contra os 2 500 previstos) e ao Continente, num alcance de 1 500 quilómetros; Lisboa chegaria aos 3 000 quilómetros e, por fim, ao Porto bastariam 500 quilómetros para as ligações necessárias.

Propunha a comissão, em suma, que fossem revistos os alcances das estações a montar e analisadas em pormenor as cláusulas de ordem técnica, para a subsequente aprovação do contrato com a Companhia Marconi.<sup>92</sup>

O parecer foi transferido para o debate parlamentar de 5 de Julho. Nessa sessão o deputado Brito Camacho instou pela aprovação definitiva do acordo, evocando o tempo em que ocupara a pasta do Fomento sob o Governo Provisório. O antigo ministro argumentava que já então se tinham procurado soluções para o problema radiotelegráfico tendo a Marconi evidenciado maiores qualidades nas negociações com o Governo português.

Tomando a palavra, Francisco Herédia aproveitava para lembrar o seu projecto, que não chegara à apreciação da Câmara e pelo qual aconselhava a livre

concorrência de sistemas radiotelegráficos. O deputado receava que o estabelecimento de um monopólio sem fios em Cabo Verde barrasse a liberdade de ligações com as restantes colónias. Numa outra intervenção, Pires de Campos aludia à necessidade de estudar a rede colonial complementar em paralelo com a rede da Metrópole e requeria a abertura de concurso público para adjudicação daqueles trabalhos. Aludindo às indefinições de ordem técnica do contrato, receava um eventual atraso português: (...) *como na radiotelegrafia de ano para ano se fazem inovações, podemos correr o risco de ficar com aparelhos velhos e imperfeitos* (...). Em resposta, o relator da comissão, Nunes Ribeiro, assegurava serem os aparelhos Marconi dos "mais modernos" da companhia. O deputado aproveitava para recordar que, pressentindo-se a proximidade de um conflito internacional, o acordo com aquela empresa garantia o alinhamento nacional com a causa britânica, articulando a rede futura com os sistemas utilizados pela armada inglesa. Acrescia aqui o facto de também os navios portugueses já estarem munidos de aparelhos Marconi, que, por sua vez, equipavam as principais estações do Mundo, tornando mais acessível a solução de uma eventual urgência técnica.

Nunes Ribeiro assegurava, por fim, a fiabilidade técnica da Marconi: *o Governo inglês, de quem todos conhecem a segurança com que avança para os novos inventos, adoptando-os, quando eles são já práticos, acaba de contratar com a Companhia a rede Londres, Aden, Pérsia, e Londres, Aden, China, Índia e Oceânia, a despeito de possuir quase todos os cabos submarinos*.<sup>93</sup> Por sua vez, Duarte Leite, Presidente do Ministério e ministro do Interior, acrescentava, na sequência da intervenção de Pires de Campos, que não se tinha verificado em muitos outros países a abertura de concurso público para adjudicação das respectivas redes de T.S.F. A urgência ditava o momento, sendo prioritário estabelecer essa rede com a maior rapidez e fiabilidade possível.

Na noite de 9 de Julho, o contrato provisório deu entrada no Senado da República. No documento revisto os postos de Lisboa e Cabo Verde tinham chegado a um consenso de 3 000km, conseguindo a desejada comunicação directa, reduzindo-se o alcance da estação da Madeira para 1 900km. A moção era finalmente aprovada.<sup>94</sup>

93 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 159, de 6 de Julho de 1912, p.8.

94 *Diário do Senado*, Sessão Nocturna, n.º 139, de 9 de Julho de 1912, p. 3.